

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

ISSN 2317-1456 / v. 26. n. 3 / 2024 / <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes>

A pandemia como desastre na cobertura jornalística de G1 e UOL

DOI: 10.12957/irei.2024.75830

Eloísa Beling Loose¹
Josemari Poerschke de Quevedo²

Resumo

Este artigo analisa as conexões entre a pandemia de Covid-19 e a ideia de desastre ou catástrofe nos portais jornalísticos G1 e UOL, a fim de refletir como a comunicação de riscos e desastres apareceu na cobertura da crise sanitária no início de 2021. Para isso, coletamos e analisamos, *ainda em meio à pandemia*, notícias que apresentassem sentidos dos dois termos-chave da pesquisa, a partir da Análise de Conteúdo. Articulamos os achados com o referencial teórico sobre desastres e aquilo que é apontado nos manuais para cobertura jornalística, de modo a avaliar cruzamentos entre as áreas. Dentre os resultados, destaca-se que a pandemia foi apresentada como desastre no G1 em razão do reconhecimento legal e de suas consequências práticas, explorado a partir de sua cobertura regionalizada, enquanto no UOL ela recebeu mais um sentido de desastre/catástrofe global. Os veículos apresentaram fontes científicas, com mais espaço para ONGs no G1 e de fontes políticas no UOL.

Palavras-chave

pandemia; comunicação de riscos e desastres; jornalismo.

The pandemic as a disaster in the journalistic coverage of G1 and UOL

Abstract

This article analyzes the connections between the COVID-19 pandemic and the idea of disaster or catastrophe in the journalistic portals G1 and UOL, aiming to understand how risk and disaster communication appeared in the press coverage of the health crisis. To do so, we collected and analyzed news articles published *during the pandemic* that conveyed meanings related to these two key terms of the research, using Content Analysis. We relate our findings to theoretical frameworks on disasters and to guidelines from journalistic coverage manuals, evaluating the intersections between these fields. Among the final results, the pandemic was presented as a disaster on G1 due to legal recognition and practical consequences, explored mainly through regionalized

¹ Professora e pesquisadora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: eloisa.loose@ufrgs.br. <https://orcid.org/0000-0002-4755-3046>

² Professora substituta de Jornalismo da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Mestre em Comunicação e Informação e Doutora em Políticas Públicas. Email: josemari.quevedo@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-5508-6989>.

coverage, while UOL framed the pandemic more frequently as a global disaster or catastrophe. Both G1 and UOL include scientific sources, with G1 giving more space to NGOs and UOL emphasizing political sources.

Keywords

pandemic; risk and disaster communication; journalism.

1. Introdução

A pandemia de Covid-19, ainda que tenha perdido certa centralidade nas agendas públicas e midiáticas nos últimos anos, segue um fenômeno analítico para o Jornalismo (Becker, 2021; Santos; Saar, 2022; Paris; Mick; Ojeda, 2024). Houve uma significativa redução nos índices de mortalidade e de hospitalização em diversos países com a ampliação da cobertura vacinal e o desenvolvimento de tratamentos mais eficazes. Contudo, alguns desafios permanecem, principalmente no tocante ao surgimento de novas variantes, à manutenção da vigilância epidemiológica e às consequências de longo prazo do vírus (Merlo; Suzuki; Castro, 2024). No Brasil, a pandemia resultou em mais de 700 mil mortes até o ano de 2023, o que colocou o país entre os mais afetados globalmente (Biernath, 2025). Desde que surgiu em Wuhan (China), em 2019, o vírus causador da infecção passou por vários processos de mutação, o que exige até o presente momento adaptações nas políticas de saúde pública. Como não poderia deixar de ser, a cobertura jornalística sobre a pandemia acompanhou e acompanha esses desdobramentos com reflexos em suas práticas e demonstrando suas fases, repercutindo discursos de emergência, crise e responsabilização (Ribeiro; Rego; Dellarmelin, 2024; Ferrareto; Morgado, 2020; Ferrareto, 2020).

Como pesquisadoras dedicadas aos estudos de riscos e desastres, interessa-nos saber como a construção da ideia de catástrofe ou desastre (aqui tomadas como sinônimos) estava sendo repercutida em veículos de alcance nacional. É comum encontrarmos na cobertura jornalística a ideia de que a pandemia é geradora/desencadeadora de um desastre econômico, educacional, ou ainda que a administração presidencial da pandemia foi um desastre, mas, nesta análise, detemo-nos na ideia da pandemia como a própria catástrofe, buscando identificar se as orientações previstas na comunicação de riscos e desastres (geralmente aplicadas a fenômenos naturais ou tecnológicos) estão sendo incorporadas na cobertura diária da pandemia de Covid-19 nos dois portais de notícias mais acessados no Brasil (Reuters Institute, 2024), G1 e UOL. É necessário também mencionar que a pandemia de coronavírus no Brasil foi composta por disputas políticas que extrapolaram o âmbito desta esfera e envolveram os próprios veículos de imprensa aqui analisados. Nesse sentido, para contextualizar, relembramos os episódios de controvérsias em que o então presidente Jair Bolsonaro se envolveu, ao criticar e se posicionar contra as medidas de isolamento, e fez a defesa de medicamentos sem eficácia para o tratamento da Covid-19, gerando dificuldades para o combate da epidemia no país (Penteado *et al.*, 2022).

Ademais, Bolsonaro se posicionou contrário, muitas vezes, ao trabalho de jornalistas de grupos dos veículos supracitados, revelando conflitos com a imprensa (Martins; Leite, 2021; Pereira; Oliveira, 2021; Zago; Fonseca de Oliveira, 2022).

Diante disto, a coleta de notícias, ocorrida entre janeiro e junho de 2021³, busca identificar quais associações estão sendo realizadas por G1 e UOL entre desastre/catástrofe e pandemia de Covid-19. Metodologicamente, adotamos a Análise de Conteúdo (Bardin, 2014), realizando quatro formas de categorização: 1) por abrangência (verificando se a pandemia enquanto desastre é vista em âmbito municipal, estadual, nacional ou internacional); 2) por ato normativo ou reconhecimento legal (observando se a pandemia é chamada de desastre em razão de decretos de estado de emergência ou calamidade pública⁴); 3) por fontes acionadas na matéria; e 4) por existência ou não de contextualização em relação ao desastre.

Iniciamos o texto com uma breve revisão da comunicação de riscos e desastres, com ênfase no trabalho da imprensa, seguimos com uma discussão sobre a pandemia enquanto desastre e, na sequência, apresentamos nossa análise e seus resultados.

2. Como comunicar desastres?

A literatura sobre comunicação de desastres pode ser associada à comunicação de riscos no contexto brasileiro, já que o sistema nacional de proteção e defesa civil assume o aspecto preventivo também (além de lidar com atendimento imediato da concretização do que antes era risco). Quando tratamos de como comunicar os desastres não nos restringimos ao ato trágico em si, mas ao período anterior (pré-desastre), que envolve a divulgação dos riscos e a promoção da autoproteção, e ao período posterior (pós-desastre), que abarca fases de resposta e recuperação, quando a comunicação precisa dar conta dos efeitos do desastre, mas também do que é feito para recuperar os danos e prejuízos.

A comunicação de riscos é uma área do conhecimento interdisciplinar e complexa (Rinaldi; Barreiro, 2007), que extrapola o próprio trabalho jornalístico. Isso significa dizer que não somente a comunicação jornalística assume um papel fundamental em tais situações, mas outras organizações e atores precisam atuar conjuntamente com o objetivo de reduzir impactos dos desastres. Victor (2015) propõe quatro modelos para a comunicação de riscos de desastres, que se complementam e focam em públicos diferentes, a saber: intrainstitucional, interinstitucional, midiático e comunitário. Neste texto, detém-se no modelo midiático, focado na amplificação de informações sobre riscos e desastres a partir dos meios de comunicação de massa (G1 e UOL).

³ Esse recorte não exaustivo é fruto de um período no qual as autoras se debruçavam sobre os estudos de gestão de riscos e desastres, sem ter a pandemia de Covid-19 como objeto, mas observaram a lacuna de discussões sobre a intersecção proposta na análise.

⁴ De acordo com informações do Senado, o estado de emergência se caracteriza pela iminência de danos à saúde e aos serviços públicos, enquanto o estado de calamidade pública é decretado quando essas situações se instalam. Essa avaliação deve ser realizada pelo prefeito e facilita a obtenção de recursos federais e estaduais para o enfrentamento das adversidades.

Nesse sentido, o jornalismo, que atua sob essa perspectiva, reúne uma série de funções, como a de alertar a população sobre situações de risco (McQuail, 2013), oferecer enquadramentos sobre como e quando pensar sobre desastres, e promover seu debate com outros atores (Serra, 2009). De forma geral, a comunicação voltada para desastres costuma ser vista como aquela mais factual e de serviço imediato. Já a comunicação de riscos centra-se no aspecto preventivo e busca disseminar uma cultura de prevenção e instruir à preparação, nos casos em que o desastre aconteça.

Para Ascencio e Amaral (2018), em um mundo sem a imprensa, os desastres ou as catástrofes, nos mais variados locais e distâncias, não teriam existência pública. Para narrar esses fatos, são as rotinas jornalísticas que estipulam seus modos de ver e “constroem socialmente as versões oficiais do ocorrido” (Ascencio; Amaral, 2018, p. 7). Contudo, os jornalistas nem sempre estão preparados para fazer uma cobertura voltada para a previsão e a prevenção de riscos e catástrofes por conta do caráter factual, cotidiano e sensacional presente na prática jornalística, em razão de seus valores-notícia, que nem sempre estão conectados a uma cobertura rigorosa de comprovação (Ascencio; Amaral, 2018; Traquina, 2005). Ainda de acordo com Ascencio e Amaral, (2018, p. 10), “os estudos sobre o jornalismo de cobertura de desastres evidenciam a necessidade de que o jornalismo resgate suas origens de atividade de matriz iluminista, ligada às teorias de Responsabilidade Social”.

Para a cobertura dos casos de coronavírus no Brasil, algumas instituições lançaram seus manuais de recomendações para atuação, focando em orientações para melhor cobrir a crise pandêmica. Esse é o caso do “Guia sobre a covid-19 para as redações”, traduzido pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji, s/d). O manual, que de antemão não se considera normativo, prioriza como o repórter deve lidar com a crise sanitária no dia a dia, com escassas pinceladas sobre a abordagem da apuração jornalística que, em tese, deve guiar o trabalho de cobertura. Num desses casos, chama a atenção para o cuidado com as pessoas (tanto colegas de redação quanto fontes) no que tange ao distanciamento social, às entrevistas com pessoas traumatizadas e ao respeito à privacidade.

Outro exemplo, em nível internacional, é a publicação “Periodismo en Tiempos de #covid19 - Guía latinoamericana de cobertura”, da ONG Voces del Sur (Voces Del Sur, 2020). O guia defende coberturas focadas na “responsabilidade de informar, sem cair em especulações que possam alarmar a cidadania e gerar pânico coletivo” por meio de notícias contextualizadas e o uso de linguagem apropriada (Ibidem., p. 4). Um terceiro exemplo é o manual “Covid-19 e Comunicação: um guia prático para enfrentar a crise”, publicado pelo Núcleo de Estudos de Rádio (NER), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NER, 2020). Os três manuais para jornalistas destacam a importância de notícias bem contextualizadas e abordam a necessidade de se consultar fontes credíveis, baseadas no conhecimento científico.

No que se refere ao contexto da pandemia, o “Guia de cobertura Ética da Covid-19”, produzido pelo Observatório da Ética Jornalística (objETHOS), da Universidade

Federal de Santa Catarina, alerta para evitar análises precipitadas, com opiniões contaminadas por desejos pessoais em detrimento de dados concretos (objETHOS, 2020). Faz-se necessário redobrar a atenção na checagem das informações a fim de evitar desinformação. O guia da entidade Voces del Sur (2020) vai na mesma direção: é importante contextualizar quais são as garantias que a população tem para “consulta, exame, diagnóstico, discussão, tratamento e qualquer tipo de informação relacionada com o procedimento médico”, com caráter confidencial (Voces del Sur, 2020, p. 7). No manual do NER, menciona-se que “a difusão de informação com responsabilidade faz parte do processo de combate à pandemia” (NER, 2020, p. 24). É essencial que, para informar com conhecimento, haja destaque só ao que é socialmente relevante, com clareza à abrangência do conteúdo.

Sobre as fontes, aponta-se que elas devem ser preferencialmente especialistas, confiáveis, reconhecidas na academia e no setor produtivo, com referenciada reputação profissional com vínculo em instituições renomadas (objETHOS, 2020). Conflitos de interesse têm que ser verificados nas versões que essas fontes apresentam. Quando informações inverídicas forem publicadas, essas fontes devem ser desmentidas para prevalecer informações verdadeiras e devidamente apuradas e checadas. Entre as fontes mais comuns, para além das vítimas de Covid-19, estão governantes e autoridades, e médicos e cientistas. A indicação é que jornalistas sejam firmes com autoridades sanitárias e governantes, tentando, durante o trabalho de apuração, “extrair os dados que interessam à sociedade, cobrando suas responsabilidades e apontando eventuais erros e abusos” (objETHOS, 2020, p. 19). Como na prática jornalística de forma geral, observa-se que o ideal seria entrevistar mais de uma fonte em cada matéria, promovendo a diversidade de visões, qualidade da informação e promovendo um melhor debate público sobre o tema em cobertura.

Nessa mesma linha, o guia da Voces del Sur (2020) refere que é importante lançar mão de fontes que tenham condições de difundir conteúdos úteis e, sobretudo, precisos, cuidando a difusão de números sensíveis sobre a pandemia. Em suma, se deve recorrer a “estudos científicos, a porta-vozes de organizações para que possam ajudar a abordar a crise sanitária de outra perspectiva que não seja a oficial” (Voces del Sur, 2020, p. 6). A preferência deve ser por atores relevantes, que tenham dados sólidos a apresentar: autoridades, protagonistas diretos, especialistas e testemunhas.

A Organização Panamericana para a Saúde (OPAS) lançou o manual “Tool Kit 15 – Disaster Management in a Pandemic” (ou Administração de Desastre em uma Pandemia, tradução nossa) (OPAS, s/d), voltado para orientar prefeituras no manejo de uma pandemia em nível local. Embora não se dirija especificamente a jornalistas, é um documento útil para compreensão de condutas esperadas nas cidades em casos de desastres, como o que a pandemia representa. Esse manual atenta para quais planos e recursos existem no momento de administrar o desastre e quais são as respostas possíveis do poder público diante do que está acontecendo.

3. A pandemia é um desastre?

Há quem duvide e busque minimizar os efeitos, mas a pandemia de Covid-19 é um desastre. Um desastre ou uma catástrofe que atravessa todas as escalas, do local ao global, com um número alto de mortes. Os desastres se relacionam a acidentes, previsíveis ou não, e, para enquadrá-los, Marchezini (2017) destaca alguns exemplos, como o colapso de barragens e o deslizamento de terras. Diante desse processo, define que “os desastres *se tornam* catástrofes” (Marchezini, 2017, p. 44), quando os impactos socioeconômicos e psicossociais dos desastres se prolongam no longo prazo, com populações lançadas ao abandono social ou enfrentando problemas mais extensos e em um período longo de tempo.

Freitas, Silva e Cidade (2020) apontam que o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR, na sigla em inglês), ao conceituar o que é um desastre, elenca a combinação de vários aspectos da atual crise sanitária: evento que gera uma séria interrupção do funcionamento de uma sociedade, que extrapola a sua capacidade de responder usando seus próprios recursos; situação que envolve a exposição a um perigo (o vírus), condições de vulnerabilidade e baixa capacidade para lidar com seu potencial negativo; impactos na saúde, inclusive mortes; e perdas econômicas. Azeredo e Pereira (2020, p.148) colocam que a pandemia consiste em um desastre ambiental:

[...] como processos social e historicamente determinados, materializados através de fenômenos da natureza em interação com a estrutura da sociedade a ponto de materializar o risco, momento este que representa o ápice da crise do desastre.

Além de ser um risco por si só, em razão da sua rápida propagação e capacidade de matar, o coronavírus amplifica outras crises, ligadas ao desemprego, à desigualdade social e ao acesso de serviços básicos, como saúde e educação. A (des)governança desse desastre vivenciada no Brasil intensificou o cruzamento dessas crises, que afetam de forma mais intensa populações mais pobres. Logo, é possível afirmar que, além de um desastre, em diferentes níveis, a pandemia se tornou uma catástrofe.

Em termos legais, a Instrução Normativa nº. 1/2012 (Brasil, 2012a) estabelece os procedimentos e os critérios para reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública, e, conforme a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE) (Brasil, 2012b), dentro da categoria dos desastres naturais, encontram-se cinco grupos - um deles é o dos desastres naturais biológicos, que compreendem as epidemias e infestações/pragas. Logo, a Covid-19 está, tecnicamente, classificada como desastre no sistema brasileiro (Azeredo; Pereira, 2020).

A disseminação do coronavírus tem características próprias de uma pandemia grave, em que apresenta ocorrência de uma série de ondas, com períodos de ativação variados. Diferentemente de outras catástrofes, como furacões, que têm duração reduzida, as pandemias perduram por meses e até anos, sendo possivelmente a pior

semana aquela que ocorre em torno da quarta ou quinta após o seu início em uma área (Brown; Silva; Paredes, 2021). Por outro viés, Pescaroli *et al.* (2021) observam que a pandemia consiste em uma emergência que envolve os sistemas públicos de saúde. Ao analisar a crise na Itália, Romênia, Espanha e Reino Unido, focos de destaque da pandemia na Europa, esses estudiosos perceberam “fraquezas na administração das emergências associadas a uma forte vulnerabilidade da sociedade global interconectada e os sistemas públicos de saúde” (Pescaroli *et al.*, 2021, p. 1).

Lavell *et al.* (2020) sublinham que o coronavírus possui efeitos intensivo e extensivo, ao mesmo tempo que acarreta efeitos em cascata. Os autores mostram que, para além do risco primário associado às doenças e às mortes, há o risco secundário, que se manifesta no colapso do sistema de saúde, nos necrotérios e sistemas funerários; e o risco terciário, associado ao enfrentamento dessas ameaças, que pode ser traduzido como a interrupção das atividades socioeconômicas até então vigentes. Destacam que a ausência de mecanismos de governança global de risco agravou e impediu que ações preventivas fossem tomadas: “Sem esses mecanismos, até mesmo um diálogo sobre o que é considerado um risco futuro aceitável é impossível” (Ibid., p.16, tradução nossa).

Do ponto de vista jornalístico, a comunicação dos desastres impacta o debate público e pode pressionar os tomadores de decisão que estão à frente da gestão de riscos e desastres. Amaral, em entrevista para Quadros e Amaral (2020, p.208), pontuam:

O jornalismo cria uma rede explicativa para cada acontecimento destacando alguns aspectos e silenciando outros. Configura percepções sociais e culturais sobre os desastres. Nomeia, designa, dá contornos simbólicos e limites a um acontecimento, participa de maneira privilegiada da rede de conflitos que existe para nomear o que aconteceu. A narrativa jornalística, ao denominar um desastre, pode torná-lo mais ou menos grave, acionar ou não responsabilidades e explicações sobre eles, ou torná-lo mono ou multicausal ou ainda enquadrá-lo como problema sanitário, social, econômico ou ambiental.

Massarani e Neves (2021), em um estudo sobre a cobertura de jornais do Brasil, Reino Unido e Estados Unidos, apontaram que, conforme os meses passavam em 2020, as editorias para o tratamento do tema se diversificaram. Diante disto, o jornalismo tem um papel de organizador de temas em um desastre, em que pesem as contradições inerentes ao campo já citadas. Com um papel de monitorar também os cruciais momentos de uma pandemia, a cobertura jornalística tem uma função de disseminação de informação confiável em tempos de desinformação, além de atuar como tradutora para entendimento público de assuntos - dos simples aos mais complexos - de ciência e saúde (Massarani; Neves, 2021).

4. Análise da cobertura de G1 e UOL

A fim de observar como os dois portais de notícias mais acessados no Brasil associaram a pandemia de Covid-19 com a ideia de desastres ou catástrofe, realizou-se uma coleta

com as seguintes combinações mais o nome de cada veículo no buscador do Google⁵: “pandemia + desastre”; “coronavírus + desastre”; “covid + desastre”; “pandemia + catástrofe”; “coronavírus + catástrofe” e “covid + catástrofe”. Essa coleta foi realizada no primeiro semestre de 2021, entre 1º de janeiro e 30 de junho, como um primeiro esforço de análise para aproximar debates acerca da comunicação de riscos de desastres com a cobertura da pandemia de Covid-19, em um momento no qual a produção científica sobre o tema ainda era escassa.⁶ Nesse contexto, a vacinação da primeira dose já havia iniciado, mas de forma lenta, já que a distribuição era limitada.

O objetivo foi verificar qual o sentido posto na apresentação pela imprensa brasileira, representada por dois portais de repercussão significativa, da pandemia como um desastre ou uma catástrofe. Após leitura inicial, fechamos o *corpus* do artigo com 31 notícias: 15 do G1 e 16 do UOL. A partir da exploração do material, categorizamos as notícias de quatro formas:

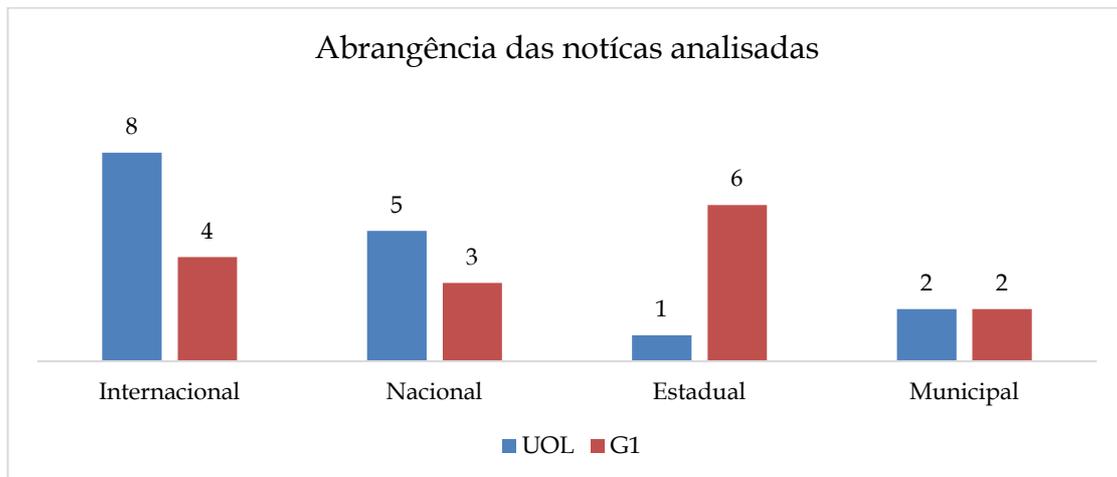
- 1) por abrangência;
- 2) por existência ou não de menção a um ato normativo ou reconhecimento legal;
- 3) pelos tipos de fontes acionadas na matéria; e
- 4) pela contextualização sobre o desastre.

Ao identificarmos a abrangência dada ao desastre pandêmico, verificou-se que no G1 a esfera local (estadual/municipal) se fez mais presente, sobretudo porque há uma vasta rede de afiliadas do Grupo Globo que alimenta o portal nacional com informações de municípios, estados e regiões. O UOL traz mais notícias internacionais, enquanto o G1 dá mais ênfase a fatos associados aos estados, privilegiando a esfera local e/ou regional. Veja o Gráfico 1:

⁵ Como os buscadores de cada veículo apresentaram diferenças no momento da coleta, optamos por fazer a recolha das notícias por meio de um buscador comum, com as palavras-chave já apresentadas. Embora reconheçamos as limitações do buscador, entendemos que esse aspecto é um dos limites também da pesquisa.

⁶ Quanto à coleta e ao número do *corpus*, consideramos, nesse sentido, a avaliação muito mais significativa e exemplificadora de um dado momento de produção, um período ainda de crise da pandemia.

Gráfico 1 - Notícias por abrangência do UOL e G1



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Pela sua maior capilaridade regional, aferimos que o G1 age mais como um articulador do debate público na circulação de notícias sobre a pandemia, dimensionando de forma mais focada como cada região reagiu e noticiou os fatos sobre a pandemia. Dessa forma, uma notícia desse portal poderia muito bem influenciar mais fortemente o posicionamento de um tomador de decisão que estivesse à frente da gestão de riscos e desastres de seu município. Esse enquadramento mais orientado para a realidade local, identificado no G1, se relaciona diretamente com o número de decretações de estado de emergência ou calamidade pública (G1 trouxe quatro notícias com essa informação, enquanto UOL não aborda a questão normativa em termos nacionais, apenas com enfoque internacional). Destaca-se que, nesses casos, as notícias costumam apenas divulgar a decretação do estado ou município, explicando as vantagens decorrentes da situação. Observe um exemplo do G1:

Com a aprovação desses decretos, os prefeitos ficam liberados do cumprimento de algumas medidas, como a contratação de serviços sem licitação e o adiamento do pagamento de dívidas públicas (G1, 28.04.2021).

Aqui é possível observar o enquadramento da pandemia como desastre conforme a Cobrade, de modo que ações de resposta possam ser executadas com menos burocracia e, portanto, maior agilidade. O exemplo seguinte, também do G1, traz aspectos relacionados ao enquadramento da pandemia enquanto desastre:

De acordo com o governo, o estado de Calamidade Pública é em virtude do desastre classificado e codificado como Estado de Calamidade Pública provocada por desastre natural biológico, Nível III - "Desastre de Grande Intensidade, caracterizado por epidemia de doença infecciosa viral que provoca o aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus". (Jácome, 2021).

É nessas matérias, concentradas em atores políticos (o governador, o prefeito ou os deputados estaduais), nas quais há a divulgação de uma portaria ou o reconhecimento dela por autoridades superiores, que o sistema de proteção e defesa civil se faz presente e atuante, mesmo indiretamente, criando uma rede explicativa para cada acontecimento. Há, nesses casos, um respaldo legal e um motivo forte (obter mais recursos ou ficar desobrigado do processo licitatório, por exemplo) para que a pandemia seja nomeada como desastre. Contudo, a contextualização sobre os limites de tais atos não é discutida e nem retomada pelas notícias ao longo do período analisado.

É preciso avaliar que esse instrumento de resposta ao desastre geralmente é aplicado em períodos mais curtos, como quando há um vendaval ou chuvas fortes, e é preciso reagir de forma rápida a algo que é crítico. A pandemia, entretanto, tem mostrado permanência, sendo um desastre contínuo desde 2020, com intensidades diferentes que variam de lugar para lugar. Pode-se, inclusive, compará-la à seca ou estiagem, que é um processo longo e que, às vezes, acaba sendo “naturalizado” pela sociedade.

Nota-se que, no caso do UOL, a decretação do estado de calamidade ou emergência, conforme as determinações do Cobrade, não aparecem. Conforme os exemplos, percebe-se que a associação da pandemia como desastre ou catástrofe é apresentada de uma forma mais ampla, sem articulação com diretrizes legais. Os dois portais analisados são orientados para notícias factuais e operam com atualizações constantes com abrangência nacional, contudo o UOL não possui um sistema regionalizado tão sólido quanto o G1; logo, sua cobertura se centra em aspectos mais internacionais.

Pandemia é uma catástrofe para a luta contra o câncer, afirma OMS (UOL, 04.02.2021).

O curso está no ar na plataforma Coursera há mais de cinco anos, então não trata diretamente do coronavírus, mas o instrutor avisa categoricamente que um tipo de desastre ao que todos estamos sujeitos no mundo é uma pandemia (Pollo, 2021).

No G1, isso também ocorre (as agências internacionais são utilizadas com frequência), geralmente sem grande contextualização, exprimindo um elevado grau de preocupação e urgência em relação à pandemia. Os termos são acionados, mas os textos não se debruçam sobre essa questão, não existindo um aprofundamento ou contextualização sobre as causas e formas de agir frente a situação. Nesse sentido, há uma potencialidade do jornalismo aí não desenvolvida: a capacidade de denominar as situações como desastre ou tragédia e expandir para novos enquadramentos mais abrangentes, oferecendo melhores enquadramentos e detalhes ao público, o que quase nunca é feito.

Sobre a análise das fontes, realizamos a seguinte subcategorização:

- 1) jornalistas e imprensa de forma geral;
- 2) cientistas;
- 3) médicos;
- 4) gestores da área de saúde;
- 5) políticos;
- 6) ONGs;
- 7) população.

Aponta-se que nem sempre as fontes são entrevistadas, mas são, sim, citadas de forma indireta, sobretudo em estudos científicos e nas informações da imprensa internacional. Embora muitas notícias não apresentem pluralidade de fontes, algumas delas sendo feitas a partir de uma única entrevista ou só com documentos, os portais estudados apresentam fontes científicas, assim como apontam os manuais para jornalistas. No UOL, há fontes representantes da Ciência adentrando o âmbito político por terem sido convocadas pela CPI da Covid-19, um acontecimento político com fortes atravessamentos do campo científico⁷. Veja alguns exemplos:

Explosão de infecções pelo coronavírus impossibilita rastrear contágios e evitar transmissão em cadeia a partir de escolas, afirma pesquisador que desenvolveu modelos matemáticos para estimar impacto da volta às aulas (Castro, 2021).

Não é seguro reabrir escolas em meio à catástrofe, diz pesquisador. Ele é enfático quanto à completa impossibilidade de se pensar no tema em meio ao cenário de explosão de casos no Brasil. “Estamos no meio de uma catástrofe” (Soares, 12.03.2021).

O Brasil poderia ter salvado 400 mil vidas – o que corresponde a cerca de 80% das mortes por covid-19 – se tivesse implementado medidas de distanciamento social mais rígidas e lançado o programa de imunização mais cedo, disse Pedro Hallal, professor na Universidade Federal de Pelotas que lidera um estudo para quantificar a escala do desastre da pandemia no país, ao jornal britânico *The Guardian* (UOL, 29.06.2021).

Além das fontes científicas, recebem espaço as autoridades políticas, que são constantemente cobradas pela imprensa sobre como estão gerindo esse desastre. Isso ocorre em ambos os veículos. No UOL, destacam-se as fontes da cobertura sobre a CPI da Covid-19, que cita fontes políticas e apresenta críticas à administração da crise pelo governo federal. Nessa direção, todos os níveis de poder – do municipal ao global – aparecem:

O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, escreveu no Twitter que a "declaração de Carbis Bay" proposta pelo G7 para prevenir futuras pandemias é um "momento histórico". “Com este acordo, as principais democracias do mundo

⁷ A comissão parlamentar de inquérito (CPI) da Covid-19 do Senado começou em 4 de maio de 2021 e investigou as ações e omissões do governo federal no enfrentamento da pandemia.

se comprometerão a evitar que uma pandemia global volte a acontecer, para que a devastação causada pela Covid-19 nunca se repita”, afirmou (G1, 12.06.2021).

Com o reconhecimento federal, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) pode enviar recursos complementares aos valores empregados pelo Amapá e municípios, gerenciando ações de resposta ao desastre. O decreto tem duração de 6 meses (G1, 22.05.2021).

Na visão da alemã Anna Cavazzini, eurodeputada pelo Partido Verde e vice-presidente da delegação do Parlamento Europeu para assuntos relacionados ao Brasil, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tem “grande parcela de responsabilidade” pela crise sanitária desencadeada pela pandemia de covid-19 no país, que ela descreve como “um verdadeiro desastre” (UOL, 15.04.2021).

A convocação do governador do Amazonas, Wilson Lima, na CPI da Covid, será uma excelente oportunidade para tornar ainda mais evidentes as ações do próprio governador que resultaram no verdadeiro desastre que atingiu o Estado. Uma catástrofe persistente provocada pela má gestão e pela falta de compromisso pessoal do chefe do Executivo com a população (Motta, 2021).

Ainda sobre as fontes, os médicos e gestores da área de Saúde aparecem para apresentar seus testemunhos, quase sempre com citações diretas, abordando temas como instituições superlotadas e falta de condições para atender a todos. É nessas matérias que o desastre é humanizado pelos portais, ficando evidente uma apresentação da pandemia como um acontecimento com imensos prejuízos palpáveis:

É uma situação de desastre mesmo. Infelizmente. A gente não precisaria estar passando por isso. Muito provavelmente ao longo do ano passado todo a gente teve alguns tropeços aí que fizeram com que a gente chegasse a essa situação. Entre elas, a falta de respeito da população às medidas sanitárias, alguns afrouxamentos, mas pegou todo mundo, entre aspas, de calça curta. Inclusive os médicos e os profissionais de saúde, afirma (Castro, 2021).

A saúde não dará conta. Profissionais cansados, estrutura no limite da capacidade de ampliar. O que nós precisamos é conter o vírus. Nós estamos tendo uma alta taxa de contaminação. As pessoas estão se agravando muito rápido. Estamos vendo jovens morrerem em UTI's, disse (G1, 16.04.2021).

O HC já recebeu cerca de 9.000 pacientes com suspeita de covid-19. Desses, 8.000 tiveram a doença grave/gravíssima. De acordo com o hospital, 63% tiveram alta, 32% morreram e os outros 5% seguem internados. A médica lamenta a situação e vê um ‘conjunto de erros’. ‘Infelizmente, a nossa sociedade, na situação em que está, normalizou a catástrofe. E não tem nada pior do que isso (UOL, 19.06.2021).

As demais fontes de informação aparecem com menos ocorrências. A imprensa é citada como fonte para retratar a situação em outras partes do mundo, como “Brasil ganha destaque na mídia mundial na semana em que rompeu as 300 mil mortes por Covid” (G1, 27.03.2021); no UOL há como exemplo a manchete “Contagem regressiva

para catástrofe da covid': a repercussão da crise política e de saúde do Brasil na imprensa internacional" (UOL, 04.04.2021).

Quanto às ONGs, elas trazem críticas aos governos e à condução do enfrentamento da pandemia, como em "Falhas na resposta à Covid levam Brasil a 'catástrofe humanitária', dizem Médicos Sem Fronteiras" (G1, 15.04.2021). No UOL, destaca-se a manchete "Pandemia pode ser 'catástrofe' para geração inteira de crianças, alerta ONG" (UOL, 03.06.2021).

A contextualização sobre o que representa um desastre ou uma catástrofe, enquanto falamos da pandemia de Covid-19, é bastante restrita, trazendo impactos do problema, mas quase nunca se remetendo às causas (o que de fato nos trouxe para essa situação?). Mesmo quando a relação de informações sobre a pandemia como desastre ocorre em razão do reconhecimento legal para solicitar recursos federais para a ação dos órgãos de proteção e defesa civil, as informações são pontuais e orientadas para o efeito da decisão, sem desdobramentos sobre o antes e depois das decretações feitas. Ao contrário do que é orientado e recomendado pelos manuais, o desastre é apresentado pela imprensa a partir do que é um dado novo, sem aprofundamento de cenários e acompanhamento dos desdobramentos com histórias mais detalhadas e aprofundadas.

5. Considerações finais

O período analisado, de janeiro até junho de 2021, demonstrou que a pandemia foi incorporada como desastre ou catástrofe em 31 notícias, 15 no G1 e 16 no UOL. Considerando a centralidade da municipalidade para decretação de um desastre, presente tanto na justificativa da Cobrade quanto no manual sobre como manejar um desastre, um dos indicadores mais importantes desta Análise de Conteúdo foi a categoria sobre a abrangência. Verificou-se que a cobertura regionalizada do G1 acabou trazendo mais as realidades locais dos municípios durante o enfrentamento da pandemia em comparação ao UOL, que trouxe a pandemia como catástrofe, com maior predominância, na escala global.

Essa abordagem influenciou o posicionamento da categoria atrelada ao ato normativo, essencialmente conectado com as determinações brasileiras de decretação da calamidade pública. O G1 apresentou cinco notícias em que a pandemia é chamada de desastre em razão de decretos de estado de emergência ou calamidade pública no Brasil, enquanto o UOL não apresentou nenhuma - só o fez quando se tratou de outros países.

O foco da maioria das matérias analisadas estava centrado na resposta, reconhecendo o desastre e alguns riscos que poderiam agravar ainda mais o quadro apresentado. A prevenção e a preocupação com outras situações semelhantes no futuro aparecem na abordagem internacional, como quando o UOL divulga um curso de sobrevivência da Universidade de Pittsburgh. Sublinha-se que não é de praxe observarmos matérias de cunho preventivo no Jornalismo, que é guiado pelo tempo presente e não futuro. Por isso, isso explica que, muitas vezes, os jornalistas não estão

preparados para cobrir riscos; afinal, os critérios de noticiabilidade os empurram para acontecimentos factuais e concretos.

Quanto ao uso de mais de uma fonte para contextualizar em profundidade a notícia, como orientado pelos manuais, são raras as notícias que assim se apresentam. Há algumas exceções, como a reportagem “Tragédia atrás da névoa” (UOL, 19.06.2021), que é resultado de uma cobertura especial, com uma narrativa diferenciada para contar a história da alta taxa de mortes no município de Marema (SC). Nessa reportagem, uma série de pessoas são testemunhas do fato. No G1, há matérias que aprofundam o tema, ouvindo médicos e gestores de saúde, por exemplo, mas, ao focar na representação da pandemia enquanto desastre, há poucas informações que fujam do fato imediato que está sendo coberto. É, inclusive, na abordagem sobre as fontes que os manuais parecem exercer maior influência no jornalismo que é praticado pelos portais. Conforme as indicações, o uso de fontes mais especializadas é feito, o que diminuiria a chance de circulação de informações errôneas ou desinformação.

Nota-se o grande número de fontes oriundas do universo político, sobretudo na cobertura apresentada pelo UOL. Disso decorre uma cobertura bastante politizada e, contrariando os manuais que aconselham que se tomem múltiplas fontes, há pouco aprofundamento na variedade de pontos de vista em uma mesma notícia, destacando-se sempre a declaração de um político em cada matéria. As fontes científicas, por sua vez, aparecem 11 vezes no UOL e seis vezes no G1, sendo o segundo tipo de fonte mais recorrente no UOL e o terceiro no G1, o que demonstra que, embora elas sejam ouvidas, não podem ser vistas como fontes prioritárias na cobertura deste recorte.

Por fim, a contextualização do desastre em si foi praticamente inexistente, com exceção da reportagem sobre Marema (SC), no UOL, que oferece um conteúdo mais rico sobre a tragédia na cidade, trazendo informações sobre uma ambientação pré-desastre. Em grande parte das notícias as definições se restringiram ao ato trágico, sem apresentar dados pré-desastres ou vislumbrar o pós-desastre.

Conclui-se que a pandemia de Covid-19 foi nomeada de desastre quando assim foi necessário para obter recursos ou facilidades para gerenciar a emergência e ainda para registrar o tom da tragédia, somada aos números de infectados e mortos e/ou às faltas para atendimento da doença. Como os portais analisados são caracterizados por uma cobertura contínua e em “tempo real”, há dificuldade de avançar os textos para além do factual; há poucos conteúdos que conseguiram aprofundar o sentido do que representa um desastre. No caso da pandemia, a comunicação de riscos e desastres, sob a perspectiva midiática, carece de conteúdos que avancem do registro factual ou da publicização de declarações políticas e das decretações com finalidade de gestão dos desastres, até mesmo para que o jornalismo assumira sua responsabilidade social e possa informar de forma mais completa. Uma das explicações para esse tipo de cobertura possivelmente seja que, no ambiente das notícias online, as leitoras e leitores estejam menos predispostos a lerem textos mais aprofundados, o que abre a possibilidade de discussão para outros estudos.

Referências

- ABRAJI.
(s/d.) Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI). *Guia sobre a covid-19 para as redações*. Disponível em: https://abraji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/d51902de-a3fa-4b5d-81d7-aa3f213154ab/Guia_sobre_a_covid-19_para_as_reda_es_-_Vers_o_Pt..pdf. Acesso em: 04 jul. 2021.
- ASCENCIO, Carlos. L.; AMARAL, Márcia.
(2018). Coberturas informativas de la prevención y del acontecer de catástrofes a través de los "Manuales institucionales" dirigidos a los periodistas. *Estudios Rurales*, vol. 8, n. Especial (Octubre), CAR-UNQ. Buenos Aires; pp. 6-17.
- AZEREDO, Luana Fernandes dos Santos; PEREIRA, Tatiana Dahmer.
(maio/ago. 2020). Colapso do capital e a pandemia como desastre ambiental. *PerCursos*, Florianópolis, v. 21, n.46, p. 136 - 161,
- BARDIN, Laurence.
(2014). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BECKER, B.
(2021). Reconfigurações do Jornalismo Audiovisual: um estudo da cobertura do Fantástico sobre a pandemia da Covid-19. *Lumina*, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 6-22. DOI: 10.34019/1981-4070.2021.v15.35300. Disponível em: <https://periodicos.ufff.br/index.php/lumina/article/view/35300>. Acesso em: 22 abr. 2025.
- BIERNATH, André.
(11 mar. 2025). 5 anos de covid: como a pior pandemia de nossa geração mudou o mundo, da saúde e ciência à economia e política. *BBC News Brasil*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c15zpwk15vvo>. Acesso em: 19.abr.2025.
- BRASIL.
(24 ago.2012a)Ministério da Integração Nacional. *Instrução normativa n. 1*. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/208>>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- BRASIL.
(2012b). Ministério da Integração Nacional. *Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - Cobrade*. Disponível em: < https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/protecao-e-defesa-civil-sedec/DOCU_cobrade2.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- BROWN, Foster.; SILVA, Giovani.; PAREDES, Peter.
(2021). *Liderança durante uma pandemia: como seu município pode agir*. Tradução com adaptação e atualização do Manual. Disponível em: <<https://www.paho.org/en/search/r?keys=leadership+%20during+a+pandemic+what+your+municipality+can+do+Disasters>>. Acesso em: 1º jul. 2021.
- CASTRO, Fernando
(12.mar.2021). Paraná chega a um ano de pandemia com ocupação diária de UTIs acima de 90%. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2021/03/12/parana-chega-a-um-ano-de-pandemia-com-ocupacao-diarica-de-utis-acima-de-90percent.ghtml>. Acesso: 15 jul.2021.
- FERRARETO, Luiz; MORGADO, Fernando.
(2020) *Covid 19 e comunicação: um guia para enfrentar a crise*. Rio de Janeiro: Válega.
- FERRARETO, Luiz.
(2020) Responsabilidade e negacionismo: apontamentos sobre o rádio brasileiro em tempos de covid-19. *Radiofonias*.
- FREITAS, C. M.; SILVA, I. V. M.; CIDADE, N. C.
(2020). COVID-19 As a Global Disaster - Challenges to Risk Governance and Social Vulnerability in Brazil. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo, v. 23, p. 1-12.
- G1.
(12.jun.2021). *Cúpula do G7: países ricos estudam plano histórico contra pandemias*. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/06/12/cupula-do-g7-paises-ricos-estudam-plano-historico-contra-pandemias.ghtml>. Acesso em: 14 jul.2021.
- G1.
(22.mai.2021). *Governo federal reconhece estado da calamidade pública no Amapá em função da Covid-19*. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/05/20/governo-federal-reconhece-estado-da-calamidade-publica-no-amapa-em-funcao-da-covid-19.ghtml>. Acesso em: 14 jul.2021.
- G1.
(28.abr.2021). *Alesa aprova calamidade pública de mais de seis municípios em Sergipe por causa da pandemia do novo coronavírus*. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2021/04/28/deputados-estaduais-reconhecem-a-calamidade-publica-de-mais-seis-municipios-em-sergipe.ghtml>. Acesso em: 14 jul.2021.

- G1.
(15.abr.2021). *Falhas na resposta à Covid levam Brasil a “catástrofe humanitária” dizem Médicos Sem Fronteiras*. Disponível em:
<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/15/falhas-na-resposta-a-covid-levam-brasil-a-catastrofe-humanitaria-dizem-medicos-sem-fronteiras.ghtml>. Acesso em: 14 jul.2021.
- G1.
(27.mar.2021). *Brasil ganha destaque na mídia na semana em que rompeu as 300 mil mortes por Covid-19*. Disponível em:
<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/03/27/imprensa-estrangeira-ve-com-preocupacao-escalada-da-pandemia-no-brasil-colapso-ameaca.ghtml>. Acesso: 14 jul.2021.
- G1.
(12.mar.2021). *“Não é seguro reabrir escolas em meio à catástrofe no Brasil”, diz pesquisador*. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/volta-as-aulas/noticia/2021/03/12/nao-e-seguro-reabrir-escolas-em-meio-a-catastrofe-no-brasil-diz-pesquisador.ghtml>. Acesso em: 14 jul.2021.
- G1.
(10.mar.2021). *Hospitais do interior de SP trabalham acima da capacidade; pacientes com Covid-19 morrem à espera de leitos*. Disponível em:
<https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2021/03/10/hospitais-do-interior-de-sp-trabalham-acima-da-capacidade-pacientes-com-covid-19-morrem-a-espera-de-leitos.ghtml>. Acesso em: 14 jul.2021.
- JÁCOME, Igor.
(19.jan.2021). *Governo renova decreto de calamidade pública pela pandemia da Covid-19 no RN*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/01/19/governo-renova-decreto-de-calamidade-publica-pela-pandemia-da-covid-19-no-rn.ghtml>. Acesso em: 19 jul.2025.
- LAVELL, A; MANSILLA, E; MASKREY, A; RAMÍREZ, F.
(2020) *La construcción social de la pandemia COVID-19: desastre, acumulación de riesgos y política pública*. Disponível em: <www.desenredando.org>. Acesso em: 29 jun .2021.
- MARCHEZINI, Victor.
(2018). *As ciências sociais nos desastres: um campo de pesquisa em construção*. *BIB*, São Paulo, n. 83, 1, pp. 43-72.
- MARTINS, R.; LEITE, S.
(2021). *“Toda a fonte do mal é a Folha de São Paulo”: a relação entre Bolsonaro e Folha pelas ombudsman. Âmbitos. Revista Internacional De Comunicación*, n.52, 87–101. Disponível em:
<https://doi.org/10.12795/Ambitos.2021.i52.06>. Acesso em: 27.abr.2025.
- MASSARANI, L.; NEVES, L.F.F.
(2021). *Communicating the “Race” for the COVID-19 Vaccine: An Exploratory Study in Newspapers in the United States, the United Kingdom, and Brazil*. *Front. Commun.* 6:643895. doi: 10.3389/fcomm.643895.
- MCQUAILL, Dennis.
(2013). *Teorias da Comunicação de Massa*. Porto Alegre: Penso.
- MERLO, Edgard Monforte; SUZUKI, Júlio César; CASTRO, Rita de Cássia Marques Lima.
(2024) *Impactos da COVID 19 na sociedade* [recurso eletrônico]- São Paulo: FFLCH: PROLAM/USP, 2024. Disponível em <https://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/impactos-da-covid-19-na-sociedade.pdf>. Acesso em: 19.abr.2025.
- MOTTA, Rayssa.
(26.mai.2021). *Vice do AM atribui “catástrofe” da pandemia a Wilson Lima e apoia sua convocação*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/05/26/vice-do-am-atribui-catastrofe-da-pandemia-a-wilson-lima-e-apoia-sua-convocacao.htm>. Acesso em: 15 jul.2021.
- NER.
(2020). *Covid-19 e Comunicação: um guia prático para enfrentar a crise. Núcleo de Estudos de Rádio (NER)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em:
http://grupomontevideo.org/sitio/wp-content/uploads/2020/04/ner_covid-19_e_comunicacao.pdf. Acesso em: 04 jul. 2021.
- OBJHETOS
(2020). *Guia de Cobertura Ética da Covid-19. Observatório da ética jornalística (objHETOS)*. Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Publicado em 2020. Disponível em https://objethos.files.wordpress.com/2020/07/guia_covid_objethos.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.
- OPAS
(s/d.) *Tool 15 - Disaster Management in a Pandemic. Leadership during a pandemic: what your municipality can do. Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS)*. Disponível em:
<https://www.paho.org/disasters/index.php?option=com_content&view=article&id=1053:leadership-during-a-pandemic-what-your-municipality-can-do&Itemid=937&lang=en>. Acesso em: 1º de julho de 2021.
- PARIS, Natália; MICK, Jacques; OJEDA, Lynara.
(15 dez. 2024) *Papéis profissionais no jornalismo brasileiro durante a pandemia de Covid-19: uma análise do desempenho de seis modelos em 2020. Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], vol 13, n.2.

- URL:
<https://doi.org/10.25200/SLJ.v13.n2.2024.625>.
Acesso em: 22 abr. 2025.
- PENTEADO, C. *et al.*
(2022) Populismo, desinformação e Covid-19: comunicação de Jair Bolsonaro no Twitter. *Media & Journalism*, vol. 22, n.40, p.239-260.
https://doi.org/10.14195/2183-5462_40_12
- PEREIRA, W. O.; OLIVEIRA, L. A.
(2021) Mídia e processos sociais: uma análise das estratégias de comunicação do governo Jair Bolsonaro (PSL) nas redes sociais. *73ª Reunião Anual da SBPC*. 18 a 24 de julho de 2021. Disponível em: <https://livro.sbpnet.org.br/73ra/>. Acesso em: 27.abr.2025.
- PESCAROLI G., GALBUSERA L., CARDARILLI M., GIANNOPOULOS G., ALEXANDER D.
(Apr, 19 2021). Linking healthcare and societal resilience during the Covid-19 pandemic. *Saf Sci*. Aug;140:105291. doi: 10.1016/j.ssci.2021.105291. PMID: 33897106; PMCID: PMC8054640.
- QUADROS, Mirian Redin; AMARAL, Márcia Franz.
(maio/ago 2020). "Um desastre nunca começa quando eclode". *Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora*, Mariana-MG, v. 11, n. 02, p. 206-212.
- POLLO, Luisa.
(24.fev. 2021). *O que um curso de preparação para desastres ensina sobre aproveitar a vida*. Disponível em:
<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2021/02/24/o-que-um-curso-de-preparacao-para-desastres-ensina-sobre-aproveitar-a-vida.htm>. Acesso em: 14 jul.2021
- REUTERS INSTITUTE.
(2024). *Digital News Report 2024 - 13th Edition*. Disponível em:
<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/es/digital-news-report/2024/brasil>. Acesso em: 19.abr.2025.
- RIBEIRO, Pedro; REGO, Lénia; DELLARMEIN, Mateus.
(2024) O discurso jornalístico em torno da covid-19 no âmbito do confinamento geral de 2021. In: FERREIRA, Ivone (coord.). *XII Congresso SOPCOM*, 2024.
- RINALDI, Alexandra; BARREIROS, Doriva.
(2007). A importância da comunicação de riscos para as organizações. *Organicom*, 6. pp. 137-147.
- SANTOS, Karla; SAAR, Cláudia.
(2022). A utilização de dados sobre a Covid-19 por webjornais brasileiros. *Coilium*, vol.22 n.4, pp. 889-900.
- SERRA, Paulo.
(2009). *A mediatização dos riscos: o caso dos riscos ambientais*. Disponível em:
<<http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-riscos-da-comunicacao.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2021.
- SOARES, João Pedro.
(12.mar.2021). *Não é seguro reabrir escolas em meio à catástrofe, diz pesquisador*. Disponível em:
<https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/03/12/escolas-abertura-volta-as-aulas-pesquisador-centro-contingencia-sp.htm>. Acesso em: 14 jul.2021.
- TRAQUINA, Nelson.
(2005). *Teorias do jornalismo: a tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular.
- UOL.
(29.jun.2021). *Brasil poderia ter impedido 400 mil mortes por covid, diz epidemiologista*. Disponível em:
<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/06/29/brasil-covid-19-mortes-pedro-hallal.htm>. Acesso em: 14 jul.2021.
- UOL.
(19.jun.2021). *Marema, a cidade com maior proporção de mortes por Covid-19*. Disponível em:
<https://tab.uol.com.br/edicao/marema/#cover>. Acesso em: 14 jul.2021.
- UOL.
(03.jun.2021). *Pandemia pode ser "catástrofe" para geração inteira de crianças, alerta ONG*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2021/06/03/pandemia-pode-ser-catastrofe-para-geracao-inteira-de-criancas-alerta-ong.htm>. Acesso em: 14 jul.2021.
- UOL.
(15.abr.2021). *Bolsonaro é "grande responsável" por desastre de covid, diz vice-presidente de delegação do Parlamento Europeu para o Brasil*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2021/04/15/covid-bolsonaro-desastre-oandemia-anna-cavazzini.htm>. Acesso em: 15 jul.2021.
- UOL.
(04.abr.2021). *"Contagem regressiva para a catástrofe da covid": a repercussão da crise política e de saúde do Brasil na imprensa internacional*. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/bbc/56631951_contagem-regressiva-para-catastrofe-da-covid-a-repercussao-da-crise-politica-e-de-saude-do-brasil-na-imprensa-internacional.html. Acesso em: 15 jul.2021.

UOL.

(04.fev.2021). *Pandemia é uma catástrofe para a luta contra o câncer, afirma OMS*. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/afp/2021/02/04/pandemia-e-uma-catastrofe-para-a-luta-contra-o-cancer-afirma-oms.htm>. Acesso em: 14 jul.2021.

UOL.

(2019). *UOL tem 103,6 milhões de usuários únicos em abril*. Sobre. Informe publicado em 07/06/2019. Disponível em: <https://sobreuol.noticias.uol.com.br/imprensa/uol-tem-1036-milhoes-de-usuarios-unicos-em-abril.html>. Acesso em: 04 jul. 2021.

VOCES DEL SUR.

(2020). *Periodismo en tiempos de #covid19*. Guía latinoamericana de cobertura. Disponível em: <http://www.vocesdelsurunidas.org/wp-content/uploads/2020/04/Manual-COVID19-OK.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2021.

VICTOR, Gilene.

(2015). Comunicação de riscos de desastres no contexto das mudanças climáticas: muito além do jornalismo. In: *Anais do XXXVIII Intercom*. Rio de Janeiro. pp.1-15.

ZAGO, L. F.; FONSECA DE OLIVEIRA, M.

(2022) "Chora jornalista": tweets do clã Bolsonaro sobre imprensa e jornalismo. *Ambivalências*, São Cristóvão-SE, v. 9, n. 18, p. 297-330. DOI: 10.21665/2318-3888.v9n18p297-330. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/Ambivalencias/articloe/view/14110>. Acesso em: 27 abr. 2025.

Recebido em

maio de 2023

Aprovado em

maio de 2025